

PODER, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA COLONIAL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Alexandre Gonçalves do Bonfim¹ Caio Figueiredo Fernandes Adan²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: alexandrebonfim90@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: caioadan@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Bahia, História Política e Administrativa, Formação Territorial da Bahia.

INTRODUÇÃO

Este é um projeto de iniciação científica inserido na área de História, no campo de estudo da História Política e Administrativa. A pesquisa tem como recorte cronológico o período colonial (séculos XVI – XVIII) e tem como objeto de estudo a formação das estruturas políticas e administrativas do território que hoje compõe o atual estado da Bahia.

O objetivo geral do trabalho é estudar as estruturas políticas e administrativas instaladas no território baiano no período colonial, levando em conta a importância destas para a conformação territorial baiana. Para isso, julgou-se necessário o estudo de uma bibliografia que discutisse temas relevantes para os problemas suscitados pela pesquisa, tais como os conceitos de *território*, *Antigo Regime* em Portugal e *dinâmica social* na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. A essas leituras, se aliou a coleta de dados relevantes para pesquisa em fontes documentais históricas primárias e secundárias. Esses dados foram coletados com vistas à obtenção de informações sobre as instituições administrativas instauradas no território baiano no período colonial, como capitanias, vilas, comarcas e ouvidorias, entre elas, seus marcos cronológicos e limites territoriais.

A pesquisa em questão está ligada a um projeto maior denominado “FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA: subsídios para a construção de um Atlas Histórico da Bahia Colonial (sécs. XVI-XVIII)”, que utilizará os dados coletados para a confecção de mapas e textos que comporão o “Atlas Histórico”.

MATERIAL E MÉTODO

A leitura de uma bibliografia que versasse sobre temas caros à História Política e Administrativa, tais como os conceitos de *território*, *Antigo Regime português* e *dinâmica social* na Bahia no período colonial foi essencial para o desenvolvimento do arcabouço teórico-metodológico da pesquisa. Este, por sua vez, foi bastante útil para a consulta dos documentos históricos, na busca de informações relevantes para a pesquisa. A coleta de dados respeitou a ordem cronológica da evolução político-administrativa do território brasileiro no período colonial.

Primeiramente, procedeu-se a uma pesquisa em busca de informações sobre as capitanias hereditárias instaladas no atual território baiano: capitanias da Baía de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, além das capitanias do Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe Del Rey – instalada em 1590, subordinada à Capitania Real da Baía de Todos os Santos – que, durante o período colonial, tiveram jurisdição sobre terras pertencentes

ao atual estado da Bahia ou estiveram de alguma maneira vinculadas ao governo dessa capitania. Buscaram-se ainda informações sobre as donatarias do Paraguassu e de Itaparica e Tamarandiva, instaladas no Recôncavo da Baía de Todos os Santos ao longo da segunda metade do século XVI. A pesquisa centrou-se na busca dos seguintes dados: limites territoriais e marcos temporais das capitanias hereditárias criadas no século XVI, informações sobre seus respectivos donatários, assim como sobre doações de sesmarias no âmbito das mesmas, dados importantes para a compreensão da dinâmica de ocupação do território baiano. Essas informações foram encontradas na documentação transcrita por Braz do Amaral na edição comentada por ele do livro “Memórias Históricas e Políticas da Bahia” da autoria de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1919) e no livro “História Territorial do Brasil”, de Felisbello Freire (1998).

A leitura de obras de referência (SALGADO, 1990; BAHIA, 2001) possibilitou a construção de um banco de palavras-chave contendo nomes de cargos na administração e de vilas, freguesias e povoados. Tais dados serviram de base a uma triagem feita no catálogo de documentos relacionados à Bahia disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ANAI, 1948). Através dessa triagem, que focou na busca de informações do período posterior ao estabelecimento do Governo Geral, foi desenvolvida uma lista com os verbetes dos documentos relevantes para a pesquisa, que foram consultados por outros pesquisadores do projeto do “Atlas Histórico”. As informações obtidas serão utilizadas para a construção de mapas e textos que comporão a publicação do Atlas Histórico da Bahia Colonial.

A mesma estratégia de busca por palavras-chave foi utilizada na consulta aos catálogos da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Portugal (DOCUMENTOS, 2009), digitalizados pelo Projeto Resgate (Brasil, Ministério da Cultura). Nesse momento, a consulta foi movida pela busca de informações acerca de outras estruturas jurisdicionais estabelecidas no território baiano, tais como as ouvidorias e comarcas criadas no âmbito da Capitania Real da Bahia, assim denominada após a compra da antiga donataria de Francisco Pereira Coutinho, em 1548, pela Coroa, para estabelecimento do Governo Geral da colônia. Esta anexou, no século XVIII, no bojo das mudanças administrativas promovidas pelo Ministério Pombalino, as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, além de tornar as capitanias de Sergipe Del Rei e Espírito Santo subordinadas à Capitania da Bahia, ficando assim estabelecidas cinco comarcas: Bahia, Jacobina, Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe Del Rei.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados relativos às capitanias hereditárias da Bahia de Todos os Santos, Porto Seguro, Ilhéus, Itaparica, Paraguassu, Sergipe Del Rey e Espírito Santo, confeccionou-se uma lista de referências em que estão disponíveis informações acerca das capitanias estudadas: limites geográficos de cada uma das capitanias cujos territórios pertencem atualmente ao território do estado da Bahia, datas em que foram estabelecidas, entre outras informações relevantes.

Em um segundo momento, o estudo do catálogo de documentos relacionados à Bahia disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foi necessário à análise de estruturas jurisdicionais instaladas no território baiano após o estabelecimento do Governo Geral, tais como as vilas, comarcas e ouvidorias. A consulta feita à documentação do Projeto Resgate permitiu esclarecer questões relacionadas aos processos de criação destas, seus limites territoriais, inclusive no que respeita às divisas com outras capitanias, bem como sobre a jurisdição e competência territorial delas, permitindo o entendimento do

processo de organização das estruturas jurisdicionais da capitania da Bahia por sobre seus domínios territoriais e a formação da fronteira entre esta capitania e suas vizinhas, à época as capitanias de Sergipe d'El Rey, Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo.

A História Política e Administrativa foi desprezada por muitos historiadores após a revolução paradigmática que a Escola dos *Annales* provocou na historiografia. Muitos autores vinculados a esta tradição tenderam a taxar esse campo da História de conservador e positivista, por acharem que este não poderia trazer contribuições para a análise dos processos sócio-históricos. Acontece que novas abordagens, inspiradas nas ideias acerca do poder do filósofo Michel Foucault (1978), permitiram aos historiadores enxergar novas tramas e conflitos dentro da análise das estruturas administrativas e territoriais, contribuindo para o processo de renovação teórico-metodológica do campo.

O território baiano, recorte espacial da pesquisa, é um grande exemplo de como o território não é algo imutável, já que nem sempre ele foi aquilo que é representado, no presente, pelo mapa. O território é ainda objeto das diversas tramas políticas e contextos sociais e econômicos que influem sobremaneira na sua dinâmica, e a Bahia é um grande exemplo disso, pois se compararmos o tamanho da Capitania Real da Bahia (antiga capitania da Baía de Todos os Santos) com o tamanho da capitania que anexou os territórios das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus e avançou a colonização para o sertão, vemos uma ampliação significativa dos domínios, fenômeno movido por motivos políticos, logicamente, mas também sociais e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão enfatiza a importância das estruturas político-administrativas para a formação territorial da Bahia através da coleta de uma boa quantidade de dados de interesse para o projeto do “Atlas Histórico”, dados estes que serão utilizados para a construção de textos e mapas que comporão o referido Atlas. Esse instrumento será a oportunidade de expor, de forma didática e interativa, a dinâmica territorial investigada pelo projeto em questão.

Os dados colhidos pela pesquisa permitiram também o desenvolvimento de dois artigos: um que versa sobre as capitanias do Paraguassu e de Itaparica e Tamarandiva e outro que trata da disputa pela jurisdição da região das Minas Novas do Fanado entre a Ouvidoria do Serro Frio, pertencente à capitania de Minas Gerais, e a Ouvidoria de Jacobina, pertencente à capitania da Bahia. Esses dois fatos demonstram como o estudo e a análise dos dispositivos político-administrativos podem trazer importantes contribuições para o entendimento da formação territorial da Bahia.

REFERÊNCIAS

Documentais (catálogos e fontes impressas):

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. 68. *Catálogos de documentos sobre a Bahia existentes na BN*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli; AMARAL, Braz (coment.). *Memórias Históricas e políticas da Bahia*. vol.1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS "AVULSOS" DA CAPITANIA DA BAHIA: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

Bibliográficas:

- ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. Cartografia de um “engano”: Navegabilidade e integração territorial na Bahia colonial. In: 1o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do 1o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: CRCH-UFGM, 2011. v. 1. _____ . *Colonial comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763 -1808)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2009.
- ANDRADE, A. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do 1o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: CRCH-UFGM, 2011. v. 1.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. *Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.
- CARVALHO, J. F; CASTRO, J. F. M; Resgate de Mapas Históricos da Capitania de Minas Gerais em ambiente SIG. In: 3 Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, 2010, São Paulo: *Memórias do 3o SIAHC*, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978
- FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*, v. 1 (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998 (edição fac-similar).
- HENRIQUES, Isabel de Castro. *Território e identidade: a construção da Angola Colonial*. (c. 1872 - c. 1926). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v.4. (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v.4. (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *O Direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Editora Boiteux, 2006.
- JOLY, Fernand. *A Cartografia*. Campinas: Papirus, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- NUNES, Antonietta Aguiar. Reminiscências da capitania de Paraguaçu: memória histórica de Jaguaripe nos séculos XVI e XVIII. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 92, pp. 267-286, jan-dez/1996.
- RICUPERO, Rodrigo. Governo geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: FERLINI, V. A.; BICALHO, M. F. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- SALDANHA, António Vasconcelos. *As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.